



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4425

Sábado - 06 de Janeiro de 2024

Florianópolis/SC

EDIÇÃO EXTRA

Sumário

ASSOCIAÇÕES

AMERIOS.....2

CONSÓRCIOS

CISAM3

CISAMARP 14

CIM-GRANFOLIS..... 16

CVC..... 50

CIGAMERIOS 60

CISAM-SUL 66



Associações

AMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 01/2024 - SUSPENSÃO FÉRIAS LEANDRA FACHINI BOIT

Publicação Nº 5487112



RESOLUÇÃO Nº 01/2024/AMERIOS

SUSPENDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS - no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social da AMERIOS,

RESOLVE,

Art. 1º - Suspender a concessão de férias da Empregada Pública, **LEANDRA FACHINI BOITA**, atinente a Resolução nº 036/2023/AMERIOS, a partir do dia 08/01/2024, em razão de atendimento de medições de convênios e projetos de pavimentação nos municípios, ficando os dias a serem gozados por acordo durante o ano de 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Façam-se as anotações necessárias e publique-se.

Maravilha/SC, em 05/01/2024.



SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Presidente AMERIOS
Prefeito de Flor do Sertão/SC

Consórcios

CISAM

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 025/2023

Publicação Nº 5487535

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 042/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 140/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

CONTRATADO: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE VALES-ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE CARTÃO ELETRÔNICO.

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16

CNPJ DO CONTRATADO: 21.922.507/0001-72

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: A taxa de administração prevista neste contrato de -4,50 (menos quatro vírgula cinquenta) passa a ser de “0” (zero), em atendimento ao disposto no artigo 3º, I, da Lei 14.442/22.

Capinzal, 27 de dezembro de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
– CISAM MEIO OESTE
CONTRATANTE

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE
CARTÕES E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 026/2023

Publicação Nº 5487612

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 039/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 206/2023

CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 83.158.105/0001-09

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 405.206,47 (quatrocentos e cinco mil e duzentos e seis reais e quarenta e sete centavos).

Capinzal, 26 de dezembro de 2023.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
- SAMAE CAMPOS NOVOS
CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 027/2023

Publicação Nº 5487628

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 030/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 195/2023
CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ZORTÉA

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.612.387/0001-08
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 134.951,84 (cento e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

Capinzal, 15 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ZORTÉA

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 028/2023

Publicação Nº 5487648

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 031/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 198/2023

CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.613.853/0001-61

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 156.187,46 (cento e cinquenta e seis mil e cento e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Capinzal, 18 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 029/2023

Publicação Nº 5487665

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 035/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 202/2023

CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 78.511.052/0001-10

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 191.864,76 (cento e noventa e um mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

Capinzal, 20 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 030/2023

Publicação Nº 5487682

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 032/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 199/2023
CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.614.374/0001-60
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 33.406,69 (trinta e três mil e quatrocentos e seis reais e sessenta e nove centavos).

Capinzal, 19 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 031/2023

Publicação Nº 5487698

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 037/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 204/2023

CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE CAPINZAL E OURO

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 144.507,90 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos e sete reais e noventa centavos).

Capinzal, 21 de dezembro de 2023.

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
- SIMAE DE CAPINZAL E OURO
CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE
CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 032/2023

Publicação Nº 5487730

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 034/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 201/2023

CONTRATO DE ANÁLISES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM/SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço laboratorial especializado para a realização de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado, em conformidade com as condições estabelecidas no anexo único, parte integrante do presente contrato.

CNPJ DO CONTRATANTE: 95.995.130/0001-18

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

VALOR: Para os serviços contratados e constantes do Anexo Único - fica estabelecido o valor de R\$ 98.692,30 (noventa e oito mil e seiscentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

Capinzal, 21 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE VARGEM/SC

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE
CONTRATADO

TERMO DE APOSTILAMENTO 011/2023

Publicação Nº 5486993

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 011/2023

Quarta apostila ao Contrato Administrativo nº 013/2019, celebrado entre o CISAM e o município de Vargem/SC, que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Vargem/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 013/2019, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 013/2019 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 607,58 (seiscentos e sete reais e cinquenta e oito centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 607,51 (seiscentos e sete reais e cinquenta e um centavos) mensal no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 7.290,19 (sete mil e duzentos e noventa reais e dezenove centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:48217

514968

Assinado de forma

digital por NILVO

DORINI:48217514968

Dados: 2023.12.28

08:30:14 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 012/2023

Publicação Nº 5487086

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 012/2023

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 009/2020, celebrado entre o CISAM e o município de Brunópolis/SC, que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Brunópolis/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 009/2020, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 009/2020 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 590,02 (quinhentos e noventa reais e dois centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 589,95 (quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) mensal no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 7.079,47 (sete mil e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO
DORINI:48217
514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.12.28
09:01:22 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 013/2023

Publicação Nº 5487253

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 013/2023

Segunda apostila ao Contrato Administrativo nº 003/2021, celebrado entre o CISAM e o município de Zortéa/SC, que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Zortéa/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 003/2021, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 003/2021 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 873,57 (oitocentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 873,46 (oitocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos) mensal no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 10.481,63 (dez mil e quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:482175

14968

Assinado de forma digital

por NILVO

DORINI:48217514968

Dados: 2023.12.28

09:49:15 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

CISAMARP**EXTRATO DO CONTRATO 001.2024 CLÍNICA DE OLHOS SEIKO- OURO**

Publicação Nº 5487295

EXTRATO DO CONTRATO 01/2024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado pela sua presidente, Sra. Luci Peretti, prefeita do município de Iomerê/SC, denominado CONTRATANTE e CLINICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO LTDA (OURO), inscrito no CNPJ nº 07.182.522/0011-72, com endereço na Rua presidente Kennedy, 170, Bairro Centro, CEP 89663000, Município de Ouro/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Joran Seiko Aguni, denominada CONTRATADA.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de oftalmologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Prazos: Inicia-se em 03 de janeiro de 2024, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024.

Valor: Conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data: 05/01/2024.

Signatários: Prefeita Luci Peretti, contratante e Joran Seiko Aguni, contratada.

EXTRATO DO CONTRATO 02.2024 CLÍNICA REBELATTO

Publicação Nº 5488513

EXTRATO DO CONTRATO 08/2023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Claudir Duarte, prefeito do município de Fraiburgo/SC, denominado CONTRATANTE e VIDACLIN CLINICA MEDICA LTDA (ATEND. MUNICÍPIOS), CNPJ: 33.366.769/0001-87, com endereço na Rua Victor Meirelles, nº 556, Bairro Matriz, cidade de Videira/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Elizabet Correa, denominada CONTRATADA.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Atendimento nos Municípios .

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Prazos: Inicia-se em XX de março de 2023, encerrando-se em 31 de dezembro de 2023.

Valor: Conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data: 09/03/2023.

Signatários: Prefeito Claudir Duarte, contratante e Elizabet Correa, contratada.

RESOLUÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 02-2024 CLÍNICA DE OLHOS SEIKO- OURO

Publicação Nº 5487371

RESOLUÇÃO Nº 02/2024

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2024.

Luci Peretti, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeita do município de Iomerê, usando da competência que lhe confere Art. 19, inciso XI do Contrato de Consórcio do CISAMARP:

RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o prestador de serviços CLINICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO LTDA (OURO), inscrito no CNPJ nº 07.182.522/0011-72, com endereço na Rua presidente Kennedy, 170, Bairro Centro, CEP 89663000, Município de Ouro/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

Procedimento	Código	Valor CIS R\$
Consulta em Oftalmologia. Na consulta de oftalmologia estão incluídos os exames de: Gonioscopia, Fundos-copia, Check-up de Glaucoma e Tonometria	9016864	R\$ 110,00
EPILAÇÃO DE CÍLIOS	040501006-0	R\$ 32,00
EXÉRESE DE CALÁZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DA PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS	040501007-9	R\$ 215,00
Mapeamento de Retina (Monocular)	02.11.06.012-7	R\$ 24,24
Retinografia Colorida (Binocular)	02.11.06.017-8	R\$ 40,00
Tonometria	02.11.06.025-9	R\$ 17,74

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira/SC, 04 de janeiro de 2024.

Luci Peretti
Presidente do CISAMARP

RESOLUÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 03-2024 CLINICA REBELATTO - CATANDUVAS

Publicação Nº 5488153

RESOLUÇÃO Nº 03/2024

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2024.

Luci Peretti, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeita do município de Iomerê, usando da competência que lhe confere Art. 19, inciso XI do Contrato de Consórcio do CISAMARP:

RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o prestador de serviços CLINICA REBELATTO (CATANDUVAS), inscrito no CNPJ nº 09.561.896.0001-52, com endereço na Rua Wenceslau Brás, 2575, bairro Cruzeiro do Sul, CEP ,CEP 89-670- 000, Município de Catanduvas/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

Procedimento	Código	Valor CIS R\$
RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MANDIBULA	204010179	R\$ 42,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira/SC, 05 de janeiro de 2024.

Luci Peretti
Presidente do CISAMARP

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - AGUAS MORNAS**

Publicação Nº 5487221

CONTRATO DE RATEIO Nº 141/2023

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.266/0001-50, com sede na Praça José Adão Lehmkuhl nº 62, CEP 88150-000, Centro de Aguas Mornas/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Omero Prim, inscrito no CPF sob o nº 898.192.259-49, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 11.428,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 2.667,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 305,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES

Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2024.01.04 11:01:41 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

OMERO
PRIM:8981922594
9

Assinado de forma digital por
OMERO PRIM:89819225949
Dados: 2024.01.04 09:15:11
-03'00'

OMERO PRIM
Prefeito de Águas Mornas

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - ALFREDO WAGNER

Publicação Nº 5487235

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 58/2023**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.608/0001-54, com sede na Rua Anitápolis, 250, CEP 88450-000, Centro de Alfredo Wagner/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **GILMAR SANI**, inscrito no CPF sob o nº 848.152.649-53, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

CIM-GRANFPOLIS

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 14.286,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 3.333,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 381,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CIM-GRANFPOLIS

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21 15:35:18 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

GILMAR
SANI:84815264953
4953

Assinado digitalmente por GILMAR
SANI:84815264953
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v5, OU=32078931000107, OU=
Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=
GILMAR SANI:84815264953
Razão: Eu concordo com os termos
definidos por minha assinatura neste
documento

GILMAR SANI
Prefeito de Alfredo Wagner

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - ANITÁPOLIS

Publicação Nº 5487239

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 046/2023**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.332/0001-92, com sede na Rua Gonçalves Júnior nº 260, CEP 88475-000, Centro de Anitápolis/SC, representada pela sua Prefeita Municipal, Senhora **SOLANGE BACK**, inscrito no CPF sob o nº 790.161.709-87, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

CIM-GRANFPOLIS

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 11.428,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 2.667,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 305,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.

CIM-GRANFPOLIS

f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital por DIOGO
FRANCISCO ALVES MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.18 12:26:05 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

SOLANGE

BACK:79016170987

SOLANGE BACK

Prefeita de Anitápolis

Assinado de forma digital por
SOLANGE BACK:79016170987
Dados: 2023.12.18 10:51:27 -03'00'

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - CANELINHA

Publicação Nº 5487245

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 073/PMC/2023****CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE CANELINHA.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE CANELINHA**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, com sede na Avenida Cantório Florentino Da Silva, nº 1683, CEP 88230-000, Centro de Canelinha/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL**, inscrito no CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

CIM-GRANFPOLIS

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 14.286,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 3.333,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 381,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CIM-GRANFPOLIS

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Canelinha/SC, 19 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984
Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.19 10:00:25 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984
Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.19 10:00:37 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - LEOBERTO LEAL

Publicação Nº 5487254



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HERBERTO ROBERTO MARIAN**

CONTRATO DE RATEIO Nº 079/20203

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, CEP 88445-000, Centro de Leoberto Leal/SC representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **VITOR NORBERTO ALVES**, inscrito no CPF sob o nº 543.554.609-59, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

1

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE: 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br – www.leobertoaleal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HERBERTO ROBERTO MARIAN

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- | | | |
|-----------------|---|---------------|
| a) 3.1.71.70.01 | - | R\$ 11.428,00 |
| b) 3.3.71.70.01 | - | R\$ 2.667,00 |
| c) 4.4.71.70.01 | - | R\$ 305,00 |

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

2

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE: 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br – www.leobertoal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HERBERTO ROBERTO MARIAN

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 19 de Dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.19 11:37:43 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

Assinado digitalmente por: VITOR
NORBERTO ALVES:54355460959
O tempo: 19-12-2023 11:28:34

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito de Leoberto Leal

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - MAJOR GERCINO

Publicação Nº 5487267

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 121/2023**

**CONTRATO DE RATEIO DAS
DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO
CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO
EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-
GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE
MAJOR GERCINO.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.845.744/0001-71, com sede na Praça Gerônimo Silveira Albanas nº 78, Centro de Major Gercino/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **VALMOR PEDRO KAMMERS**, inscrito no CPF sob o nº 833.906.429-00, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

VALMOR PEDRO
KAMMERS:83390642900
Assinado de forma digital por
VALMOR PEDRO
KAMMERS:83390642900
Dados: 2023.12.19 16:16:42 -03'00'

CIM-GRANFPOLIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 11.428,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 2.667,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 305,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.

VALMOR PEDRO
KAMMERS:83390642
900

Assinado de forma digital por
VALMOR PEDRO
KAMMERS:83390642900
Dados: 2023.12.19 16:17:02 -03'00'

2

CIM-GRANFPOLIS

- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2023.

DIOGO
FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677
984

Assinado de forma digital
por DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21
11:15:24 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

VALMOR PEDRO
KAMMERS:833906
42900

Assinado de forma digital por
VALMOR PEDRO
KAMMERS:83390642900
Dados: 2023.12.19 16:17:18
-03'00'

VALMOR PEDRO KAMMERS
Prefeito de Major Gercino

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - NOVA TRENTO

Publicação Nº 5487274



PREFEITURA DE NOVA TRENTO
CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673200

**CONTRATO DE RATEIO nº 119/2023**

**CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO
CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-
GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede na Rua Santo Inácio nº 126 – Praça Del Comune, CEP 88270-000, Centro de Nova Trento/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **TIAGO DALSASSO**, inscrito no CPF sob o nº 069.433.949.08, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil seiscientos reais).
2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.
3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Pág. 1/x



PREFEITURA DE NOVA TRENTO
CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673200



3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- | | | |
|-----------------|---|---------------|
| a) 3.1.71.70.01 | - | R\$ 17.143,00 |
| b) 3.3.71.70.01 | - | R\$ 4.000,00 |
| c) 4.4.71.70.01 | - | R\$ 457,00 |

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Pág. 2/x

**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**

CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Fone: 48 32673200



9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.

DIOGO
FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677
984

Assinado de forma digital
por DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21
11:00:46 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

TIAGO
DALSSASSO:0
6943394908

Assinado de forma digital
por TIAGO
DALSSASSO:06943394908
Dados: 2023.12.21
12:31:39 -03'00'

TIAGO DALSSASSO
Prefeito de Nova Trento

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - PAULO LOPES

Publicação Nº 5487282

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES****CONTRATO DE RATEIO Nº 43/2023**

**CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO
CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIM-
GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIM-GRANFPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL**, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.365/0001-32, com sede na Rua José Pereira da Silva, nº 130, CEP 88490-000 representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **NADIR CARLOS RODRIGUES** inscrito no CPF sob o nº 415.919.099-53, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- | | | |
|-----------------|---|---------------|
| a) 3.1.71.70.01 | - | R\$ 11.428,00 |
| b) 3.3.71.70.01 | - | R\$ 2.667,00 |
| c) 4.4.71.70.01 | - | R\$ 305,00 |

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2023.

DIOGO
FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677
984

Assinado de forma digital
por DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21
11:02:09 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

Presidente do CIM-GRANFPOLIS

NADIR CARLOS
RODRIGUES:4159
1909953

Assinado de forma digital por
NADIR CARLOS
RODRIGUES:41591909953
Dados: 2023.12.21 10:03:53
-03'00'

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito de Paulo Lopes

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - RANCHO QUEIMADO

Publicação Nº 5487288

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 87/2023**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.357/0001-96, com sede na Praça Leonardo Sell nº 40, CEP 88470-000 representado pela sua Prefeita Municipal, Senhora **CLECI APARECIDA VERONEZI**, inscrito no CPF sob o nº 024.434.349-74, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

CIM-GRANFPOLIS

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

(19) 3.1.71.70.01	-	R\$ 11.428,00
(22) 3.3.71.70.01	-	R\$ 2.667,00
(25) 4.4.71.70.01	-	R\$ 305,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CIM-GRANFPOLIS

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES

MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21 07:01:55 -02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

CLECI APARECIDA

VERONEZI:02443434974

Assinado de forma digital por CLECI
APARECIDA VERONEZI:02443434974
Dados: 2023.12.21 06:06:59 -03'00'

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita de Rancho Queimado

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - SÃO BONIFÁCIO

Publicação Nº 5487289

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO****CONTRATO DE RATEIO Nº 119/2023**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelina, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.340/0001-39, com sede na Av. 29 de Dezembro nº 12, CEP 88485-000, Centro de São Bonifácio/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **LAURINO PETERS**, inscrito no CPF sob o nº 245.233.729-34, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados

Fones: (48) 3252-0111 / 3252-0112

Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – CEP 88485-000 – SÃO BONIFÁCIO-SC



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO

inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- | | | |
|-----------------|---|---------------|
| a) 3.1.71.70.01 | - | R\$ 11.428,00 |
| b) 3.3.71.70.01 | - | R\$ 2.667,00 |
| c) 4.4.71.70.01 | - | R\$ 305,00 |

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.

Fones: (48) 3252-0111 / 3252-0112

Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – CEP 88485-000 – SÃO BONIFÁCIO-SC



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO

f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

Fones: (48) 3252-0111 / 3252-0112

Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – CEP 88485-000 – SÃO BONIFÁCIO-SC



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

São Bonifácio – SC, 19 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital por
DIOGO FRANCISCO ALVES
MACIEL:04082677984
Dados: 2023.12.21 14:13:35
-02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

LAURINO
PETERS:245233
72934
LAURINO PETERS
Prefeito de São Bonifácio

Assinado digitalmente por LAURINO
PETERS:24523372934
NZ C=BR, CN=CP-Brasil, OU=Presencial, OUF=033699000111, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A3, OU=(sem branco), CN=LAURINO PETERS:24523372934
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizando:
Data: 2023.12.19 18:11:30-0300'
Fórm. PGP Reader Versão: 2023.3.0

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINE APARECIDA CORREA
Data: 20/12/2023 10:09:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura:
Nome:
CPF:

Assinatura:
Nome:
CPF:

Fones: (48) 3252-0111 / 3252-0112
Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – CEP 88485-000 – SÃO BONIFÁCIO-SC

CONTRATO DE RATEIO CIM GRANFPOLIS - SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Publicação Nº 5487291

CIM-GRANFPOLIS**CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2024**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 43.171.298/0001-05, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 040.826.779-84, doravante denominado **CIM-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.101/0001-09, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer nº 01 - Centro de São Pedro de Alcântara/SC, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **CHARLES DA CUNHA**, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIM-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) até o dia 30 (trinta) de cada mês.

CIM-GRANFPOLIS

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

- a) 3.1.71.70.01 - R\$ 11.428,00
- b) 3.3.71.70.01 - R\$ 2.667,00
- c) 4.4.71.70.01 - R\$ 305,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIM-GRANFPOLIS

6.1 São obrigações do CIM-GRANFPOLIS:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio.
- b) Acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente.
- c) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços licitados.
- d) Disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- e) Cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- f) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento.
- b) Realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira.
- c) Informar ao CIM-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas.
- d) Definir conjuntamente com o CIM-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio.
- f) Publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CIM-GRANFPOLIS

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIM-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIM-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2024.

DIOGO FRANCISCO
ALVES
MACIEL:04082677984

Assinado de forma digital
por DIOGO FRANCISCO
ALVES MACIEL:04082677984
Dados: 2024.01.04 20:06:48
-02'00'

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha
Presidente do CIM-GRANFPOLIS

CHARLES DA
CUNHA:066071219
93

Assinado de forma digital por
CHARLES DA
CUNHA:06607121993
Dados: 2024.01.04 09:54:45
-03'00'

CHARLES DA CUNHA
Prefeito de São Pedro de Alcântara

CVC**ADENDO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2023**

Publicação Nº 5487335

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2023 - CVC
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023- CVC

Objeto: **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL BARRACÃO, DESTINADO PARA ARMAZENAR EQUIPAMENTOS DA USINA DE ASFALTO.**

ADENDO Nº 01 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede à Rua São Paulo, s/n Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. DIEGO BASSANI, **TORNA PÚBLICO**, que promoveu alterações na Dispensa de Licitação nº 004/2023.

1. DO ADENDO

Considerando ter havido interesse e necessidade para adequar o edital, **onde SE LÊ:**

"(...) 4 DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO

4.1 Pelo fornecimento do imóvel previsto na cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.650,00 mensal, valor total pelos 6 meses R\$ 9.900,00.

4.2 O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a ordem cronológica do Departamento de Tesouraria, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

Coronel Freitas - SC, 05 de janeiro de 2024

DIEGO BASSANI
DIRETOR EXECUTIVO.

CONTRATO RATEIO Nº 16/2023 UNIÃO DO OESTE

Publicação Nº 5488666

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2023****Contrato de Rateio Nº 016/2023****Código registro TCE: 2D2A6D69E6E20FA12470A7F4C5CCB94722092B37**

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Iguacu, nº 264 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Diretor Executivo o Sr. Diego Bassani, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, e de outro o **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. São Luiz, nº 531 – Centro, – no município de União do Oeste/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **VALMOR GOLO**, brasileiro, casado, pedreiro, portadora do CPF: ...929.799..., e do RG: ..168-..82 - SSP/SC, residente e domiciliado à Av. São Luiz, nº 1017, Centro, CEP – 89.845-000 no município de União do Oeste/SC, de ora em diante denominados simplesmente de **CONTRATANTE**, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 004/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC)**, nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 925 de 11.11.2011, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 004/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, OU Lei 14.133/2021, art. 75, XI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 004/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO – O valor total mensal é de R\$ 3.372,24 (três mil trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos) a partir do mês de janeiro de 2024 a dezembro de 2024. O valor total a ser repassado anualmente é de R\$ 40.466,92 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), durante o exercício de 2024, sendo que há divisão na seguinte forma: valor de R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para pagamento das despesas com pessoal, valor de R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa e o valor de R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos) para investimento / equipamentos para relacionadas ao Contrato de Programa.

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

65,37% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.00.00.00.00.00, correspondente a R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos);

Rua Iguacu, nº 264 - Centro - **Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249** - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvcc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

31,07% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.00.00.00.00, correspondente a R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

3,56% da despesa corrente sob a dotação orçamentária nº 4.4.71. 00.00.00.00.00, correspondente a R\$ R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos)

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O CONTRATANTE, realizara transferência bancária ou depósito bancário na conta corrente nº 14.503-3, do Banco Do Brasil, Agência 2006-0 de titularidade do CONTRATADO, até o dia 10 de cada mês do valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta desde contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 02 de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1. As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou

Rua Iguazu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvcc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

13.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas/ SC, 20 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente por: VALMOR
GOLO:58992979991
O tempo: 22-12-2023 16:28:36

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Sr. Valmor Golo
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DIEGO
BASSANI:0583
4208932

Assinado de forma
digital por DIEGO
BASSANI:05834208932
Dados: 2023.12.26
09:51:24 -03'00'

CONSÓCIO – CVC

Sr. Diego Bassani
Diretor Executivo
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Testemunhas:

Nome
CPF:

CONTRATO RATEIO Nº 17/2023 SANTIAGO DO SUL

Publicação Nº 5488729

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2023**
Contrato de Rateio Nº 017/2023

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Iguaçu, nº 264 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Diretor Executivo o Sr. Diego Bassani, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, e de outro o **MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Ângelo Toazza, nº 600 – Centro – no município de Santiago do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JULCIMAR ANTÔNIO LORENZETTI**, brasileiro, casado, portadora do CPF: ...918.909..., e do RG: ..650...09 - SSP/SC, residente e domiciliado à Av. Patrão Jose Tadeu Toazza, nº 739, Centro, no município de Santiago do Sul/SC, de ora em diante denominados simplesmente de **CONTRATANTE**, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 016/2012, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC)**, nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 617 de 09.03.2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 016/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, OU Lei 14.133/2021, art. 75, XI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 016/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO – O valor total mensal é de R\$ 3.372,24 (três mil trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos) a partir do mês de janeiro de 2024 a dezembro de 2024. O valor total a ser repassado anualmente é de R\$ 40.466,92 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), durante o exercício de 2024, sendo que há divisão na seguinte forma: valor de R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para pagamento das despesas com pessoal, valor de R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa e o valor de R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos) para investimento / equipamentos para relacionadas ao Contrato de Programa.

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

65,37% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.00.00.00.00.00, correspondente a R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro

Rua Iguaçu, nº 264 - Centro - **Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249** - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvcc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

centavos);

31,07% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.00.00.00.00, correspondente a R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

3,56% da despesa corrente sob a dotação orçamentária nº 4.4.71. 00.00.00.00.00, correspondente a R\$ R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O CONTRATANTE, realizara transferência bancária ou depósito bancário na conta corrente nº 14.503-3, do Banco Do Brasil, Agência 2006-0 de titularidade do CONTRATADO, até o dia 10 de cada mês do valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta desde contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 02 de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018.

13.1. As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

Rua Iguazu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

13.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas/ SC, 20 de dezembro de 2023.

**JULCIMAR
ANTONIO
LORENZETTI:**
95091890904

Assinado digitalmente por JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI:95091890904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF AS, OU=IBR BRANCO, OU=14030336000101, OU=Imprescricional, CN=JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI:95091890904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.12.26 14:09:00-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 11.2.1

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Sr. Julcimar Antonio Lorenzetti
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

**DIEGO
BASSANI:0583
4208932**

Assinado de forma digital por DIEGO BASSANI:05834208932
Dados: 2023.12.26 14:31:11 -03'00'

CONSÓCIO – CVC
Sr. Diego Bassani
Diretor Executivo
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Testemunhas:

Nome
CPF:

Rua Iguazu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br

CONTRATO RATEIO Nº 18/2023 LINDOIA DO SUL

Publicação Nº 5488738

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2023**
Contrato de Rateio Nº 018/2023

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Iguaçu, nº 264 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por seu Diretor Executivo o Sr. Diego Bassani, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, e de outro o **MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Tamandaré nº 98 – Centro – no município de Lindoia do Sul/SC, CEP 89.735-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **NEUDI ANGELO BERTOL**, brasileiro, casado, empresário, portadora do CPF: ...378.809..., e portador de RG nº ..144.4.. SSP-SC residente e domiciliado na Rua da Amizade, nº 430, Centro no município de Lindoia do Sul/SC, de ora em diante denominados simplesmente de **CONTRATANTE**, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 002/2022, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC)**, nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.553 de 22 de junho de 2022, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 002/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, OU Lei 14.133/2021, art. 75, XI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 02/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO – O valor total mensal é de R\$ 3.372,24 (três mil trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos) a partir do mês de janeiro de 2024 a dezembro de 2024. O valor total a ser repassado anualmente é de R\$ 40.466,92 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), durante o exercício de 2024, sendo que há divisão na seguinte forma: valor de R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para pagamento das despesas com pessoal, valor de R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa e o valor de R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos) para investimento / equipamentos para relacionadas ao Contrato de Programa.

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

65,37% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.00.00.00.00.00, correspondente a R\$ 2.204,44 (dois mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos);

Rua Iguaçu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

31,07% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.00.00.00.00, correspondente a R\$ 1.047,76 (um mil e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

3,56% da despesa corrente sob a dotação orçamentária nº 4.4.71. 00.00.00.00.00, correspondente a R\$ R\$ 120,05 (cento e vinte reais e cinco centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: o **CONTRATANTE**, realizará transferência bancária ou depósito bancário na conta corrente nº 14.503-3, do Banco Do Brasil, Agência 2006-0 de titularidade do **CONTRATADO**, até o dia 10 de cada mês do valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 02 de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018.

13.1. As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

Rua Guaguá, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvcc@consorciovcv.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

13.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 28 de dezembro de 2023.

Assinado de forma digital por NEUDI
ANGELO BERTOL:34737880906
Dados: 2023.12.28 17:42:02 -03'00'

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL
Sr. Neudi Angelo Bertol
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DIEGO
BASSANI:05834
208932

Assinado de forma digital
por DIEGO
BASSANI:05834208932
Dados: 2024.01.02 08:33:13
-03'00'

CONSÓCIO – CVC
Sr. Diego Bassani
Diretor Executivo
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Josemar Tecchio
CPF: 052.599.629-07

Testemunhas:

Nome: Mauricio Isaac Roberto
CPF: 081.746.789-05

Rua Guagu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br

CIGAMERIOS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024 - LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS - ADRIANA DE LIMA BORGES

Publicação Nº 5486976

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito do Município de Flor do Sertão/SC, Estado de Santa Catarina, denominado ORGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa ADRIANA DE LIMA BORGES, CNPJ/MF Nº 30.637.884/0001-50, neste ato representado(a) por sua Administradora Sra. ADRIANA DE LIMA, portadora do CPF Nº 048.914.109-90, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei nº 14.133/2021, Processo Administrativo nº 06/2019, por Inexigibilidade nº. 02/2019 e pelas normas do Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2019, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Termo de Credenciamento pelas condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS – LRPD, DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (SCNES), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS COMPLETO, SENDO MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, EM ATENDIMENTO A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS ESTABELECIDOS A SEGUIR:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	398,33
2	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	398,33
3	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	505,12
4	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	505,12
5	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE, COM REFORÇO METÁLICO.	469,26
6	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE, COM REFORÇO METÁLICO.	469,26
7	REEMBASAMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS, REALIZADAS A PARTIR DE SUBSTITUIÇÃO DA PASTA DE ZINCO ENÓLICA QUE ESTÁ SOBRE A PARTE INTERNA DA PRÓTESE COLOCADA PELO CIRURGIÃO DENTISTA POR RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA.	129,36
8	CONSRTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS (QUEBRADAS). FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	94,45

0.2 CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS – LRPD, DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (SCNES), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CONFORME MODELAGEM SOB MEDIDA FEITA PELO MUNICÍPIO, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, EM ATENDIMENTO A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS ESTABELECIDOS A SEGUIR:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	299,33
2	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	299,33
3	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	406,12
4	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	406,12
5	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE, COM REFORÇO METÁLICO.	370,26
6	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO MUNICÍPIO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE, COM REFORÇO METÁLICO.	370,26

0.3 ESPECIFICAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS

0.3.1 A moldagem prevista para os serviços do item 4.1 deste Termo de Referência, deverá seguir as seguintes especificações:

- a) Confecção da placa de resina para moldagem com liysanda;
- b) Confecção da placa de resina para tomada de oclusão, dimensão vertical (vasar o gesso após moldagem com liysanda);
- c) Encaminhar o modelo com os dentes montados (laboratório deverá comprar para cada modelo de acordo com o tamanho e cor).

0.3.2 Confecção de prótese total superior (PTS) ou inferior (PTI), compreendendo:

- a) Placa acrílica;
- b) Cera utilidade ou Cera 7;
- c) Dentes nacionais com tripla prensagem;
- d) Gengiva normal ou caracterizada;
- e) Palato rosa ou incolor;
- f) Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

0.3.3 Confecção de próteses dentárias parcial removível superior (PPRS) ou inferior (PPRI), compreendendo:

- a) Cera utilidade;
- b) Dentes nacionais;
- c) Gengiva normal;
- d) Metal importado para estrutura: COCr;
- e) Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

0.4 Os serviços executados pelo laboratório credenciado deverão oferecer garantia de 01 (um) ano no serviço;

0.5 O laboratório deverá realizar todos os trabalhos dentro das normas e padrões de qualidade estabelecida pelo CRO (Conselho Regional de Odontologia), Vigilância Sanitária e demais normas vigentes;

0.6 O profissional responsável deverá ter registro no CRO (Conselho Regional de odontologia) do Estado de Santa Catarina;

0.7 Na requisição de entrega das próteses constarão os itens solicitados e a quantidade, devendo a contratada, independentemente se o objeto for os serviços dos itens 1.1 ou 1.2 deste instrumento, deixar as próteses prontos à disposição do beneficiário e/ou Município, no prazo máximo 20 dias úteis;

0.8 Os ajustes e provas que se fizerem necessários serão realizados por profissionais habilitados do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), no Município, sendo vedado o ônus ou quaisquer encargos ao beneficiário do serviço (prótese) com deslocamentos fora do município;

0.9 O município, por meio de seus profissionais se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição;

0.10 A produção mensal das próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente;

0.11 Para os serviços do item 1.1, objeto deste instrumento, todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais e moldagens funcionais serão realizadas por profissional odontólogo do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) contratado, no perímetro urbano do Município;

0.12 Para os serviços do item 1.2, objeto deste instrumento, todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais e moldagens funcionais serão realizadas por profissional odontólogo do município consorciado, devendo a credenciada deixar as próteses prontos à disposição do Município, no prazo máximo de 20 dias úteis;

0.13 O Município poderá, no interesse público, adquirir quantidades inferiores às credenciadas;

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES

2.1 – Durante o período de vigência do credenciamento, cada município participante abaixo relacionado, utilizará as quantidades que for necessário para suprir a real necessidade, com base nos preços do objeto previsto na cláusula primeira deste instrumento:

2.1.1 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Av. Nossa Srª de Fátima, 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC, autorizado por Lei Municipal n. 898/2013 – Contrato de programa n. 078/2013.

2.1.2 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrantes, 499, Centro, na cidade de Caibi, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.321/2012– Contrato de programa n. 157/2013.

2.1.3 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2003/2017 – Contrato de programa n. 001/2017.

2.1.4 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.559/2012 – Contrato de programa n. 110/2013.

2.1.5 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC, autorizado por Lei Municipal n. 803/2014 – Contrato de programa n. 091/2014.

2.1.6 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, Avenida Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC, autorizado por Lei Municipal n. 585/2013 – Contrato de programa n. 091/2013.

2.1.7 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC, autorizado por Lei Municipal n. 1157/2012 – Contrato de programa n. 120/2013.

2.1.8 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede à Av. Euclides da Cunha, nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC, autorizado por Lei Municipal n. 3648/2012 – Contrato de programa n. 080/2013.

2.1.9 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2108/2013 – Contrato de programa n. 042/2013.

2.1.10 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85.361.863/0001-47, com sede na Rua Independência, 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC, autorizado por Lei Municipal n. 3.622/2012 – Contrato de programa n. 130/2013.

2.1.11 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC, autorizado por Lei Municipal n. 0630/2013 – Contrato de programa n. 118/2014.

2.1.12 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro, 242, Centro, CEP 89908-000, na cidade de Romelândia/SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.030/2013– Contrato de programa n. 111/2014.

2.1.13 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, Centro, CEP 89981-000, na cidade de Saltinho/SC, autorizado por Lei Municipal n.767/2012 – Contrato de programa n. 001/2014.

2.1.14 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, Centro, CEP 89983-000, na cidade de Santa Terezinha Do Progresso/SC, autorizado por Lei Municipal n.1223/2014 – Contrato de programa n.42/2014.

2.1.15 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, autorizado por Lei Municipal n. 859/2013 – Contrato de programa n. 66/2013.

2.1.16 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, 279, Centro, na cidade de Saudades, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.221/2.015 – Contrato de programa n. 47/2.013.

2.1.17 – Órgão Participante: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Bacinski nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, autorizado por Lei Municipal n. 694/2013 – Contrato de programa n. 037/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA INICIO DOS SERVIÇOS

2.1 - Será concedido à CREDENCIADA o prazo máximo de até 10 (dez) dias para início da execução dos serviços, a partir da emissão da ordem de início dos atendimentos, podendo ser antecipado ou postergado se assim for entendido e definido pelos gestores das respectivas SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE dos municípios consorciados, tendo como principal objetivo o atendimento de suas necessidades.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RECURSOS FINANCEIROS.

4.1 – Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas para os respectivos municípios.

4.2 – O CIGAMERIOS, na qualidade de órgão gerenciador, será o fiscal do contrato de credenciamento, sendo os municípios consorciados os órgãos participantes que utilizarão os serviços e efetuarão os pagamentos.

4.3 – O CIGAMERIOS, não estipulará ou limitará quantidades de serviços para os respectivos municípios participantes, cabendo o controle a cada município através de suas secretarias municipais.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por cada município que utilizar os serviços, nas quantidades que forem necessários, procedendo conforme as seguintes condições:

5.1.1 – Em cada serviço, a Contratada deverá expedir a respectiva nota fiscal, que será entregue na Secretaria de Saúde do município que recebeu o serviço, que a encaminhará ao setor responsável pelo prévio empenhamento;

5.1.2 – O Consórcio CIGAMERIOS não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos pelos municípios, da não entrega da respectiva nota fiscal ou guia assinada nos prazos estabelecidos;

5.1.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando os dados de CNPJ, Endereço do município, Nome da Contratada e dados da Conta Bancária para depósito;

5.1.4 – Fica consignado que os municípios que pretendem proceder mediante guia autorizativa a contratada deverá efetuar a cobrança diretamente ao município que usou os serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE

6.1 – Os valores dos serviços, estão condicionados ao preço pré-estabelecido na Cláusula Primeira deste instrumento;

6.2 – Em razão do procedimento adotado, não será operado reajuste que não autorizado pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 – O prazo de vigência do Credenciamento, inicia no ato da assinatura do presente Contrato e terá vigência por um ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, bem como rescindido a qualquer momento, através de Termo Aditivo por Conveniência e oportunidade Administrativa ou a pedido da contratada, observados os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1 - À CREDENCIADA constituem as seguintes obrigações:

a) Prestar os serviços contratados, no seu estabelecimento;

b) Prestar todos os serviços contratados conforme a demanda dos municípios, preços, prazos e condições estabelecidas neste instrumento, sendo vedada a limitação diária ou mensal dos serviços contratados;

c) Fornecer os serviços contratados, de forma que atendam as normas de vigilância sanitária e a legislação em vigor;

d) Fornecer nota fiscal pelos serviços prestados;

e) Permitir que os prepostos do CIGAMERIOS e dos respectivos municípios inspecionem a qualquer tempo e hora a prestação dos serviços ora contratados;

- f) Fornecer ao CIGAMERIOS e aos municípios consorciados sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre os serviços contratados;
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;
- h) Formar o quadro de pessoal necessário à realização dos serviços contratados, pagando os salários às suas exclusivas expensas;
- i) É da contratada a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os serviços contratados em qualquer esfera;
- j) É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar ao CIGAMERIOS, bem como aos respectivos municípios ou a terceiros e servidores consumidores, durante a prestação dos serviços ora contratados;
- k) É de responsabilidade da contratada a prestação dos serviços, vedada à subcontratação parcial ou total da mesma ou a terceirização dos serviços;
- l) Os serviços serão fornecidos com prévio agendamento e serão prestados no município onde reside o beneficiário, defeso o município transportar ou levar o beneficiário para o LRPD;
- m) O Credenciado que firmar contrato com os municípios consorciados (Órgãos participantes), em decorrência do presente Processo Administrativo instalado pelo Consórcio CIGAMERIOS (órgão Gerenciador), assume o compromisso de executar os serviços contratados pelo preço unitário estabelecido no Termo de Referência (Anexo I), sendo vedado a cobrança ou exigência de qualquer outro valor ou benefício complementar, sob as penas da lei.
- n) O Credenciado fica proibido de fornecer nota fiscal com valores diferentes dos contratados, ou sem a devida prestação do serviço, sob as penas da lei Anticorrupção.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIGAMERIOS E DOS MUNICÍPIOS

9.1 – Ao CIGAMERIOS constituem as seguintes obrigações:

- 9.1.1 – Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;
- 9.1.2 – Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.1.3 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

9.2 – Aos MUNICÍPIOS constituem as seguintes obrigações:

- 9.2.1 - Efetuar o pagamento ajustado no prazo estipulado, conforme serviços utilizados;
- 9.2.2 - Observar o critério de legais para efetuar os pagamentos mediante respectivas notas fiscais;
- 9.2.3 - Designar servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços aqui ajustados;
- 9.2.4 – Comunicar o Órgão Gerenciador, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços, para providências necessárias;
- 8.1.5 – Fornecer informações quando solicitado ao CIGAMERIOS.
- 9.2.6 - O Município realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO

- 10.1 – O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido por comum acordo entre as partes ou unilateralmente pelo Presidente do CIGAMERIOS, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão, exceto aos serviços já prestados no ato da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1 – A Pessoa Jurídica, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:
- 11.1.1 – Advertência;
- 11.1.2 – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta;
- 11.1.3 – Suspensão do direito de licitar junto ao CIGAMERIOS, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- 11.1.4 – Declaração de Inidoneidade;

11.2 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do CIGAMERIOS, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

11.3 – Nenhum pagamento será processado ao proponente penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 – O Presente Contrato de credenciamento, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar na entrega do objeto;

12.2 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Consórcio CIGAMERIOS, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

12.3 – As omissões do presente Edital serão preenchidas pelos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

12.4 – O CIGAMERIOS reserva-se o direito de anular ou revogar o presente credenciamento, nos casos previstos em Lei, ou de homologar o seu objeto no todo ou em parte, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que, com isso caiba aos proponentes o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Termo serão resolvidos pelo Consórcio CIGAMERIOS, administrativamente, ou no Foro da Comarca de Maravilha – SC, se for o caso.

Maravilha/SC, 05 de janeiro de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER ADRIANA DE LIMA
Presidente do CIGAMERIOS CONTRATADA
Prefeito de Flor do Sertão/SC

Francisco Valdeci de Almeida
Coordenador Técnico-administrativo
Fiscal do Contrato

CISAM-SUL**DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2024**

Publicação Nº 5488361

**CISAM SUL** – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua Agenor Loli - Bairro Corridas - 88.870.000

Fone/Fax: (48) 3466-4261

CNPJ: 08.486.180/0001-75

Orleans – SC

DIVULGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2024

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM SUL, com sede na Rua Agenor Loli, n 189, Bairro Corridas, Orleans/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.486,180/0001-75, torna público para conhecimento de todos os interessados, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme previsto pela Resolução CISAM nº 104/2023, que realizará processo de Dispensa de Licitação para Contratação de empresa de fornecimento de recargas dos cilindros de gases especiais de alto grau de pureza utilizados em equipamentos de alta complexidade na execução de ensaios específicos de acordo com as especificações técnicas descritas no objeto a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente documento é a divulgação da contratação por dispensa de licitação, com a finalidade de obter, de eventuais interessados, propostas adicionais àquela que a Administração pretende contratar, conforme disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 3º da Resolução CISAM nº 104/2023.

1.2. Segue-se a descrição do objeto que se pretende contratar:

Constitui objeto do presente processo a contratação de empresa de fornecimento de recargas dos cilindros de gases especiais de alto grau de pureza utilizados em equipamentos de alta complexidade na execução de ensaios específicos.

1.2.1. O serviço deve seguir o descrito no projeto básico.

1.3. Esta divulgação não diz respeito à realização de licitação.

2. DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em 08 de janeiro de 2024 e encerra em 11 de janeiro de 2024.

3. DO PROCEDIMENTO

3.1. Os eventuais interessados deverão encaminhar suas propostas para o endereço eletrônico contabilidade@cisam-sul.sc.gov.br no prazo supracitado, as quais observarão o disposto a seguir:

a) Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;

b) Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;

c) Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto;



CISAM SUL – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua Agenor Loli - Bairro Corridas - 88.870.000

Fone/Fax: (48) 3466-4261

CNPJ: 08.486.180/0001-75

Orleans – SC

- d) O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da abertura do prazo para envio;
- e) Conter valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- f) Conter, discriminados em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos; e
- g) Especificação completa do produto/serviço oferecido, de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito acima.

3.2. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da Administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

3.3. O prosseguimento do processo de contratação direta já iniciado não é condicionado à apresentação de propostas, podendo ser realizada a contratação mesmo que o prazo transcorra *in albis*.

3.4. A seleção da contratada não estará restrita àqueles que encaminharem suas propostas, podendo a Administração selecionar a proposta de terceiro alheio a este procedimento.

3.5. A divulgação da proposta selecionada como mais vantajosa far-se-á junto ao teor da autorização da autoridade competente, a qual fará a indicação da pessoa a ser contratada, nos termos do art. 72, inciso VIII e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. O Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 003/2024 encontra-se no sítio eletrônico oficial do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, no link <http://www.cisamsul.sc.gov.br> na área de Licitações..

3.7. Dúvidas ou esclarecimentos poderão ser solicitadas através do endereço eletrônico supracitado.

Orleans/SC, 05 de janeiro de 2024.

IBANEIS LEMBECK
Presidente do CISAM SUL